



Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA



EMENDA SUPRESSIVA Nº 001/2026 AO PROJETO DE LEI Nº 459/2026

“DISPÕE SOBRE A SUPRESSÃO DO ARTIGO 3º DO PROJETO DE LEI Nº 459/2026, QUE CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ENVIRA, ATUALIZA O ANEXO IV, AS GRATIFICAÇÕES DA LEI Nº 355, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ENVIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; FINANÇAS E ORÇAMENTO; REDAÇÃO FINAL; E EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, representadas pelos Vereadores que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições legais apresentam EMENDA SUPRESSIVA nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno. A Câmara Municipal de Envira aprova:

Art. 1º - Fica suprimido o artigo 3º do Projeto de Lei originário nº 459/2026:

~~“Art. 3º. Fica autorizado o Município de Envira a fazer os reajustes anuais do piso salarial dos profissionais do magistério público por meio de Decreto, sempre que a autoridade nacional estabelecer novos parâmetros.”~~



**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA**



JUSTIFICATIVA

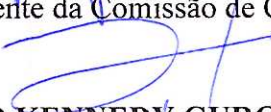
A presente EMENDA SUPRESSIVA objetiva efetuar a adequação aos ditames legais, haja vista que o dispositivo disposto no art. 3º do Projeto de Lei nº 459/2026, encontra-se em dissonância com os princípios e a legislação constitucional pátria, uma vez que configura em patente vício no que se refere ao aspecto formal-jurídico, haja vista que conforme determina o art. 37, X, da Constituição Federal, a alteração da remuneração dos servidores públicos deverá ser realizada por meio de lei específica. Desta feita, a concessão de posteriores alterações nas remunerações ou vencimentos dos citados servidores por meio de mero ato próprio administrativo, ofende o princípio da reserva legal absoluta.

De outra banda, é importante destacar que caso fosse possível permitir tal alteração no ordenamento, seria o mesmo que alçar o Prefeito Municipal à posição de legislador primário, lhe conferindo amplos poderes em detrimento dos princípios e da norma constitucional, o que configuraria séria afronta ao princípio da separação dos poderes.

Vale destacar, que embora a iniciativa da propositura do aludido projeto de lei seja de competência privativa do Poder Executivo, é importante asseverar que tal regra não se estende ao Poder de emendar, que é uma prerrogativa constitucional e regimental conferida ao Poder Legislativo Municipal.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Envira, 03 de fevereiro de 2026.


Ver. **FRANCISCO LINDOMAR FERREIRA DA SILVA**
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça


Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento


Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**
Presidente da Comissão de Redação Final



Ver. **SEBASTIÃO IVAN PEREIRA DE SOUZA**
Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Lazer

Rua 05 de Setembro s/n.º - São Francisco - Envira/Am
Fone: (0**) 97 3483-1039; (fax) 3483-1057
Email: cmenvira@click21.com.br



**Estado do Amazonas
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA**





Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Vereador-Relator-CCJ

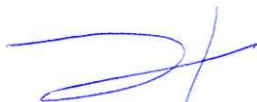

Ver. **JOSÉ JORGE SAMPAIO**
Vereador-Relator – CFO



Ver. **RAIMUNDO NONATO LOPES DA SILVA**
Vereador-Relator – CRF


Ver. **FRANCISCO LINDOMAR FERREIRA DA SILVA**
Vereador-Relator-CECDL


Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**
Membro - CCJ


Ver. **BRENO LOPES DE FRANÇA**
Membro – CFO


Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**
Membro – CRF


Ver. **BRENO LOPES DE FRANÇA**
Membro - CECDL